

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Mulheres catarinenses: discursos normatizadores**

Giorgia de M. Domingues \*

**RESUMO:** O presente artigo pretende identificar nos discursos higienista, positivista e católico as razões que levaram a distinção entre os papéis femininos e masculinos em Santa Catarina. A pesquisa compreenderá o espaço temporal entre os anos de 1930 e 1945, momento no qual ocorreram inúmeras transformações no discurso político, médico e religioso em relação ao corpo, ao ambiente familiar e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres, papéis sociais, discursos normatizadores

**RÉSUMÉ:** Le présent article vise à identifier dans les discours hygiéniste, positivista et catholique les raisons qui ont pris la distinction entre les papiers féminins et masculins dans Santa Catarina. La recherche comprendra l'espace séculier entre les années de 1930 et 1945, moment où se sont produites innombrables transformations dans le discours politique, médical et religieux concernant le corps, à l'environnement familial et social.

**MOTS-CLÉ:** Femmes, papiers sociaux, discours réglementaires

Na metade do século XIX, a ciência da saúde apresentava-se pouco desenvolvida no Brasil. Nesse período, praticamente não existia regulamentação das condições sanitárias, normatização dos corpos, dos indivíduos e das condutas sociais. Como a ciência médica ainda não se apresentava devidamente institucionalizada, a população recorria frequentemente aos mais diversos tipos de praticantes de cura como barbeiros, curandeiros, parteiras e em casos mais específicos a cirurgiões e médicos científicos.

Ao final do século XIX e início do século XX, com a reorganização política do modelo republicano, o cenário da vida cotidiana foi ganhando lentamente novos discursos, modelos, novas práticas e colorações. A necessidade de reorganização social em seus mais diversos aspectos gerou inúmeros discursos que originaram uma gama de ideologias e práticas<sup>1</sup> a serem definidas, seguidas e instituídas. No cerne dessas discussões surgiu a ideologia higienista que tinha por finalidade normatizar as condutas sociais através das práticas médico/sanitaristas.

Nesse novo contexto, o indivíduo, a família e a sociedade tornaram-se os grandes alvos das novas medidas que deveriam ser adotadas, não apenas para o bem maior de cada

---

\* Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>1</sup> Em sua obra: *O que é ideologia*, Marilena Chauí observou que a ideologia foi definida de inúmeras formas no decorrer da História. Dentre as definições, poder-se-ia dizer que a ideologia é o conjunto de idéias elaboradas pelo homem em um período específico para organizar os mais diversos segmentos da sociedade. Esse conjunto de idéias pode ser observado em sua totalidade, ou seja, sob o prisma da opinião geral da época, ou analisado do ponto de vista da elaboração teórica dos pensadores do período.

cidadão, como também para o bom desempenho na construção da ordem, para o sucesso da pátria e reordenação da sociedade.

O movimento higienista, que fora gerado no seio médico/científico e erudito, enalteceu o poder médico e transferiu a ele o controle da família, do sexo, dos prazeres e das normatizações das condutas sociais gerais. Desta forma, com a institucionalização do saber médico e da prática de cura, o médico científico tornou-se uma das figuras mais importantes do controle sanitarista da cidade. O discurso higienista introduziu-se nos mais diversos meios da sociedade, perpassando a família, a escola, os prostíbulos e os mais variados espaços, com a intenção de promover hábitos que modelassem e regrassem os padrões e as condutas sociais. (MACHADO, LOUREIRO. LUZ & MURICY, 1978)

A incidência do processo higienista na sociedade brasileira ajustou-se ao mesmo tempo com o processo de urbanização de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo – devido às condições sanitárias ameaçadoras e as epidemias, e com os ideais do regime republicano, calcados primordialmente na doutrina positivista. Conforme a sociedade necessitava da reordenação de valores e práticas, a civilização do corpo<sup>2</sup> tornou-se um procedimento de caráter nacional.

O primeiro contato com as fontes sugere que a partir do momento em que a família passou a ser enfocada pelo médico e pelo Estado, a mulher automaticamente tornou-se a personagem principal desse novo cenário da vida cotidiana. A ordenação, definição e separação dos papéis femininos e masculinos segundo o novo modelo médico e político era muito importante para a implementação e sucesso das novas ideologias e práticas.

O corpo, que até o presente momento era observado apenas sob o prisma biológico/natural, passou a ser averiguado pelos higienistas sob o ponto de vista de sua finalidade processual, trabalhista e moral. Desta forma, os corpos e suas diferenças passaram a definir e refletir suas funções sociais e morais. (LENHARO, 1986: 76)

A distinção biológica existente entre homens e mulheres propiciou a formação efetiva dos papéis femininos e masculinos. O corpo da mulher refletia sua função social de mãe e educadora, por esse motivo ela devia voltar-se à esfera privada e aos afazeres do lar. O corpo do homem, por sua vez, afirmava seu papel de progenitor e dominador do espaço público.

---

<sup>2</sup> O autor Jorge Crespo utiliza o conceito de civilização do corpo para definir a profunda reestruturação social ocorrida através da normatização dos hábitos gestuais e corporais de cada indivíduo. Esse processo, também conhecido por educação do corpo, originou-se no extrato social erudito e seguiu uma linha rígida e disciplinada de padrões considerados corretos, utilitários e morais para a formação do indivíduo e da sociedade.

As relações entre o feminino e o masculino, portanto, foram ordenadas pela diferença e não pela igualdade ou semelhança. Os corpos passaram a ser observados como escalas hierárquicas de poder. Através das diferenças biológicas existentes entre eles era possível classificar os papéis sociais e políticos dos homens e das mulheres. Embora as características biológicas tenham sido utilizadas como suporte de distinção entre os papéis sociais femininos e masculinos, as construções hierárquicas e as relações de poder não foram ordenadas pela natureza, mas, pela sociedade. (LUZ, 1982: 62 - 63)

As construções culturais em torno do feminino e do masculino legitimaram a identidade, o espaço físico, o papel social e político de cada sexo. Assim sendo, instituíram-se modelos assimétricos nos quais o sexo feminino foi caracterizado como frágil, emotivo e maternal enquanto o sexo masculino foi constituído culturalmente como forte, racional e dominante.

Seguindo a linha de raciocínio do modelo positivista constata-se que a distinção entre os papéis femininos e masculinos era essencial não só para o estabelecimento do modelo republicano fundamentado na ordem e no progresso, como também para o sucesso da prática sanitarista e reestruturação do modelo familiar.

Conforme Augusto Comte, a mulher era considerada responsável pela moral e organização do culto familiar. Sem ela o lar desorganizava-se, desestruturava-se, destruía-se. Devido a esse fator, naquele momento as autoridades políticas sentiram a necessidade de originar modelos femininos calcados na ordem e no pensamento conservador positivista. Para manter a ordem da sociedade, a mulher deveria ser sustentada pelo homem, pois só desta forma ambos estariam cumprindo seu papel social. Assim sendo, a mulher encarregava-se dos afazeres domésticos, enquanto o homem responsabilizava-se pelo sustento da casa. Entre outras palavras, o homem era visto como provedor do lar, enquanto a mulher era observada como mantenedora do mesmo. (ISMÉRIO, 1995)

A necessidade de distinguir os papéis femininos dos masculinos fez com que o Estado criasse escolas na tentativa de complementar as ideologias do modelo positivista. Desta forma, as novas escolas continuavam diferenciando as atividades femininas das masculinas. Essa constatação pode ser observada através do Regimento interno das escolas de Santa Catarina no ano de 1903:

*Princípios de Agronomia – terra com relação a sua cultura - espécies de terra e suas propriedades, modos de a tornar mais fértil ou productivas; conjunto de meios a empregar o agricultor para tirar maiores e melhores proveitos da terra; rudimentos de meteorologia; phenomenos atmosfericos, espécies e formação e sua acção sobre a terra com relação a agricultura, nas escolas para homens. Trabalhos de agulha, corte e feitio de roupas branca para crianças, mulher e homem, crochet e trabalhos de lã em linho, seda ou algodão, nas escolas para mulheres. (Arquivo Público de Fpolis. Regimento Interno para as escolas primárias de Fpolis. Artigo 6, cap 2, 1 de Jul. 03.)*

Sob o prisma dos médicos higienistas verifica-se que a educação feminina também se tornou o cerne das principais discussões. De acordo com as idéias médico/sanitaristas, a mulher deveria ser educada para os afazeres do lar, para ser mãe das futuras gerações do país, bem como para seu aperfeiçoamento físico e moral. Aperfeiçoamento, este, que deveria ser transmitido a seus filhos e seus familiares. A mulher, portanto, transformava-se em principal agente familiar da higiene individual e coletiva. Seu papel social passava a ser observado como mais importante de todos. Ela não apenas deveria gerar seus filhos e cuidar do seu lar, como também ser o baluarte moral de toda a sociedade.

Ao educar seus filhos a mulher não se responsabilizava apenas pela formação higiênica individual, mas também colaborava para a formação efetiva do coletivo social. A educação doméstica era considerada primordial, utilitária e benéfica para toda a sociedade. Os higienistas alegavam que as crianças deveriam seguir o arquétipo dos adultos. Desta forma, o corpo da mulher/mãe tornou-se o espelho para modelar desde a infância os corpos e atitudes de seus filhos. Seus gestos não só influenciavam constantemente na constituição deles como também serviam para fortalecer a virtude e reprimir as condutas consideradas perniciosas. (CRESPO, 1990: 501 - 502)

Como fora verificado anteriormente, existiam discursos normatizadores que debatiam a necessidade de enfatizar as diferenças entre as funções femininas e as masculinas. Esses discursos apareciam constantemente nos mais diversos meios de comunicação e espaços de atuação dos homens e mulheres. No jornal O Apóstolo, não raro encontravam-se notas que abordavam constantemente de forma indireta a necessidade de manter cada qual em seu lugar na sociedade. Para que ambos cumprissem seu papel social de maneira adequada era de suma importância que seguissem determinados modelos pré-estabelecidos.

Luizinha, portanto, era um modelo ideal de mulher, pois “sabia ler, contar e escrever, tocava o piano da sala e o piano da cozinha, lavava, passava, e engomava com perfeição. Boa dona de casa. Modesta, simples, piedosa, caseira, recolhida. Boa esposa, depois boa mãe...” (O Apóstolo, 15 jan. 37)

Se o trabalho fora do lar circunscrevia o papel social do homem, sua educação era voltada desde a infância para seu futuro profissional. O mesmo raciocínio era empregado com as mulheres. Desta forma é possível constatar que se a maternidade definia o papel social da mulher, ao casar-se ela deveria ter filhos para assegurar sua função social. Lares sem filhos eram observados como casas sem pilares. Os filhos não só asseguravam a função social do homem e da mulher, como também a união dos casais.

*Diz elle, que o vínculo mais forte que liga um casal é os filhos. Com a chegada do filhinho a familia começa a ser verdadeiramente uma familia. Creanças mudam muitas cousas num lar. Primeiro de tudo elles alteram o character das relações maritaes, impondo a ambos os esposos uma nova obrigação. Sem poder attender aos sentimentos entre marido e mulher – sem attender ao próprio bem estar - devem agora attender ao bem estar e á felicidade de sua prole. Ora este factu actua não somente como um liame que tende para afastar o divórcio, mas realmente cria novos parentescos e novos sacrificios mútuos que atrahem os corações dos paes um para o outro. (O Apóstolo, 1º ago. 35)*

Como fora analisado anteriormente, lares sem filhos eram observados como uma dupla ameaça para a sociedade. De acordo com o pensamento da época, mulheres casadas sem filhos teriam muito tempo livre e ocioso. O espaço vazio deveria ser preenchido por atividades voltadas a sua função social. Sozinhas em casa e sem filhos, as mulheres acabavam dedicando seu tempo livre a hábitos de “dondocas” como ir ao cabeleireiro, sair para comprar roupas, sapatos, luvas, maquiagens e chapéus. Além de não cumprir seu papel social, seus hábitos de dondoca podiam trazer discórdias no lar e ser motivo de brigas e separações:

*Eis a ferida mortal da mulher; destinada ao mais puro amor da família e da prole, transformava-se em um egoísmo indomável, ambição de riqueza, ambição de luxo, ambição de prazeres. Ora, naufraga da fé, depravada na moral, outra norma não segue, sendo a do seu capricho; ávido de todas as satisfações contrárias à lei de Deus, ao preceito da honra e até violando a mesma finalidade da natureza da mulher. (O Apóstolo, 15 mar.38)*

Conforme se pôde averiguar nos jornais, casais sem filhos estariam mais propensos a separações. Não era apenas a separação que estava em voga nessas discussões. Se pararmos para pensar, chegaremos a conclusão que os casais que constituíam seus lares e o alicerçavam com os filhos cumpriam de forma correta o padrão pré-estabelecido dos modelos instaurados pelas instituições normatizadoras, pois o “divórcio é a maior calamidade social e moral de um povo, porque dissolve a célula mater da nação, que é a família. Por isso, todo homem de critério e todo patriota sincero deve combater o divórcio como sendo o coveiro da prosperidade social da nação” (O Cruzeiro, 26 mar. 33).

As discussões referentes ao divórcio eram constantes nos jornais. Quando ambos não cumpriam de forma correta seu papel social ou havia traição de uma das partes o desquite era negociado perante o juiz. Nesses casos havia a separação de corpos, mas os cônjuges continuavam legalmente casados. “Não havendo divórcio no Brasil, como existe em quase todos os países civilizados do mundo, o homem traído se desquita e procura esquecer o que, não raro, é inesquecível.” (O Estado, 13 mar. 35)

Quando o motivo para a separação de corpos manchava a honra do homem e de sua família, era permitido que ele a lavasse com sangue. Quando o homem não lavava sua honra com sangue a sociedade supunha que havia convivência. Assim sendo, é possível entender porque os crimes realizados para limpar a honra repetiam-se constantemente, pois para não ficar desmoralizado perante a sociedade devido o adultério cometido por sua esposa, o indivíduo matava “a mulher que o traiu, mas para dar uma espécie de satisfação ao público, livrando-se assim de suas “vontades” implacáveis.” (O Estado, 13 mar.35).

As fontes consultadas sugerem que as novas ideologias: positivista e higienista justificavam a restrição feminina no lar quando elegiam a mulher como figura e agente principal para o sucesso do novo modelo instaurado. Esses discursos que enalteciam e glorificavam a mulher, eram os mesmos que indiretamente puniam “o perigo feminino”, que debatiam a significação de sua restrição ao lar, como também propalavam sua culpabilidade em casos de desvios físicos, psicológicos, sociais e morais. Desta forma, médicos e positivistas alegavam que qualquer profissão exercida pela mulher fora do ambiente doméstico deveria ser analisada como caótica e desviante.

Quando a jornada de trabalho feminina fora do ambiente do lar era necessária para o sustento do mesmo, as oratórias positivista e higienista tentavam normatizá-la. Como fora citado anteriormente, as mulheres aprendiam afazeres domésticos nas escolas femininas, enquanto os homens aprendiam atividades que pudessem exercer fora do ambiente do lar. Alguns desses afazeres ensinados nas escolas femininas como lavar, passar, engomar, e costurar poderiam servir futuramente como fonte de renda extrafamiliar. Essas tarefas eram devidamente escolhidas, pois as mulheres não precisavam sair do espaço domiciliar para executá-las.

Conforme fora possível verificar, a formação de perfis masculinos e femininos pela ideologia higienista exaltava constantemente que o homem era um indivíduo forte, racional, com inteligência suficiente para responsabilizar-se pela construção e desenvolvimento urbano, estando, portanto, mais capacitado para os trabalhos extradomiciliares. A mulher, por sua vez, era observada como um ser passivo, emotivo, frágil,

mas importante para sociedade, por ser fecunda e perpetuadora da civilização através da maternidade.

Quando se tratava de debater questões referentes à mulher, a família, a moral e a normatização das condutas sociais, ideologias que se apresentavam opostas entre si, paradoxalmente amalgamavam-se. O discurso católico, por exemplo, que se fundamentava na fé, religiosidade e no caráter miraculoso, confrontava-se com o discurso higienista, porém, em determinados momentos entrava em concordância com alguns de seus preceitos.

A partir do momento em que ocorreu a institucionalização do saber médico, pressupõe-se que o discurso católico/religioso perdeu um importante espaço para o conjunto de ideologias higienistas, calcadas principalmente na razão, na lógica e no cientificismo. Iniciaram-se dessa forma, no espaço do discurso, inúmeras batalhas entre os conjuntos ideológicos católico/religioso e higienista. Aos poucos, a oratória católica que se mostrava naturalmente contrária a higienista, absorveu parte de seus ideais. Observa-se que essa atitude fora tomada pelos religiosos para que seu próprio discurso se mantivesse e legitimasse.

Assim sendo, sugere-se que o catolicismo não só se apropriou em parte da ideologia higienista para se manter, como também criou para a sociedade da época e para o higienismo a necessidade de seu próprio discurso. A instituição religiosa nesse momento apareceu como sustentáculo do novo homem que surgia com o regime republicano.

O catolicismo, portanto, tentava suprir as ausências que o novo sistema trazia aos indivíduos. O excesso de cientificidade, conforme discutiam os católicos, deixavam o homem alienado, sem valores e sem orientação. “Não se discute que a moral evangélica é a única que atravez dos tempos em que pese ao labor das hostes adversas, tem contribuido a contento para a edificação e consolidação da família”.(Alvorada, 16 ago. 35)

Constata-se, que o novo homem, desamparado, necessitava de um baluarte para sobreviver dentro dos padrões cientificistas e individualistas. De acordo com o jornal “Boletim Escolar”, a “religião é o traço de união das relações do homem com Deus, é o primeiro, o maior e mais universal recurso e amparo à fraqueza humana” (Boletim Escolar, 3 nov. 1905). Era a Igreja, portanto, a segurança que o homem procurava. Assim sendo, cabia a ela o papel de efetiva formadora da conduta do caráter e da moral social bem como da formação de cidadãos rumo a ordem e ao progresso.

### Referências Bibliográficas

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

CRESPO, J. **A história do corpo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Lisboa: Portugal, Difel, 1990.

ISMERIO, C. **Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. Campinas, SP, Papirus, 1986.

LUZ, M. T. **O lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MACHADO, R. LOUREIRO, A., LUZ, R., & MURICY, K. **Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

RIBEIRO JUNIOR, J. **O que é positivismo**. 9a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.